Apresentação

Luiza Garnelo
Sully de Souza Sampaio
Ana Lúcia Pontes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GARNELO, L., SAMPAIO, S.S., and PONTES, A.L. Apresentação. In: *Atenção diferenciada: a formação técnica de agentes indígenas de saúde do Alto Rio Negro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 9-12. Fazer saúde collection. ISBN: 978-65-5708-011-5.

<https://doi.org/10.7476/9786557080115.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

Apresentação

Em novembro de 2016, no editorial do Boletim da Organização Mundial da Saúde (OMS) Maher e Cometto (2016) destacaram a importância dos trabalhadores comunitários de saúde (TCS), conhecidos no Brasil como agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes indígenas de saúde (AIS), para o alcance do acesso universal aos serviços de saúde e para a distribuição equitativa de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e ações curativas, principalmente no âmbito da saúde materno-infantil e das infecções transmissíveis. Os autores salientaram a necessidade de análises mais consistentes sobre os fatores contextuais e condições facilitadoras para a atuação dos trabalhadores comunitários da saúde, tais como educação, regulamentação profissional, supervisão e motivação (Maher & Cometto, 2016).

Esse editorial foi precedido por uma consulta pública feita pela OMS, também em 2016, acerca do perfil de trabalho e formação dos TCS em todo o mundo, com o intuito de subsidiar a produção de orientações para o fortalecimento dos programas baseados em TCS nos sistemas e políticas públicas de saúde. Dessa forma, claramente observamos uma retomada da discussão do lugar estratégico dos TCS nos sistemas de saúde, ponto muito ressaltado no Informe da OMS sobre a Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde (APS), em 1978. No fim de 2018, como produto dessa retomada, a OMS lança o *Guideline on Health Policy and System Support to Optimise Community Health Worker Programmes* (em português, *Diretrizes para Políticas de Saúde e Apoio aos Sistemas para Otimizar Programas de Trabalhadores Comunitários de Saúde*), baseado em revisões sistemáticas de evidências, visando potencializar a atuação dos TCS nos sistemas de saúde.

O Brasil tem contribuído de forma importante nesse debate, tanto na formulação e implementação de políticas públicas quanto no desenvolvimento de pesquisas científicas. A expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) alcançou, em dezembro de 2016, a contratação de 272 mil ACS no país, que atendem a 66,55% da população

brasileira. As universidades e instituições acadêmicas atentas a esse processo atuaram no desenvolvimento de diversos projetos e iniciativas para apoio ao trabalho e formação dos ACS e investigação sobre essa temática.

Neste livro nos debruçamos sobre a formação e o trabalho do AIS, um trabalhador comunitário que atua em áreas indígenas no Brasil desde a década de 1980. Apesar das aproximações históricas entre os AIS e os ACS, os AIS permanecem isolados e invisíveis para o restante do Sistema Único de Saúde (SUS). Os AIS são os únicos profissionais a permitirem um contato regular e constante da população indígena moradora de terras indígenas (TIs) aos serviços públicos de saúde. Estima-se que no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS) existam cerca de seis mil AIS, que atendem aproximadamente 700 mil pessoas; eles integram formalmente as equipes de saúde que atuam em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

A iniciativa apresentada nessa publicação foi a primeira no Brasil a efetivar a elevação da escolaridade de nível médio e formação profissional técnica de AIS, direcionando seus esforços pedagógicos para atender também às premissas da interculturalidade. Em razão da singular dinâmica assumida pelo curso, a experiência foi selecionada como uma das 23 iniciativas inovadoras em saúde no mundo pelo Projeto de Inovação Social em Saúde (Social Innovation in Health Initiative) do Special Programme for Research and Training in Tropical Diseases (TDR) da OMS, Universidade de Oxford e Bertha Centre/Universidade da Cidade do Cabo, em 2014 (Disponível em: <<https://socialinnovationinhealth.org>>).

Discutimos o processo de construção e implementação do Curso Técnico de Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (CTACIS), desenvolvido entre 2007 e 2015, voltado para os AIS que atuam no DSEI do Alto Rio Negro (DSEI-RN). O projeto foi desenvolvido em parceria estabelecida entre as seguintes instituições: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), DSEI-RN/Secretaria Especial de Saúde Indígena, Secretaria Municipal de Educação (Semec) e de Saúde (Semsa) de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas/AM), Secretaria de Estado do Amazonas de Educação e Qualidade do Ensino através da Gerência de Educação Escolar Indígena (Seduc/Departamento de Política e Programas Educacionais/Gerência de Educação Escolar Indígena), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/Ministério da Educação), Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz Amazônia) e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

A organização do curso segue as orientações do Referencial Curricular para Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, desenvolvido pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação (2004), que instituiu os parâmetros curriculares para a organização de cursos técnicos para os ACS. Entendemos que os marcos para criação

e consolidação do papel dos AIS na equipe multidisciplinar no DSEI se estruturaram em consonância com as propostas de organização da Atenção Básica à Saúde no SUS. Assim sendo, os dois modos de oferta de cuidados em saúde guardam muitas semelhanças entre si, favorecendo o uso dos marcos referenciais que orientam o processo formador dos ACS (não indígenas) no desenho da profissionalização dos indígenas, e vice-versa.

O currículo foi construído de forma flexível, em processo, na busca de melhor atender às especificidades indígenas e às características organizativas do sistema local de saúde do DSEI Alto Rio Negro. Entendemos que a organização curricular reformulada ao longo do curso mostrou-se mais sensível e adequada para atender às necessidades de formação de ensino técnico para indígenas que atuam como agentes comunitários.

Além de realizar o relato da experiência desenvolvida, refletimos sobre a organização do trabalho, o modelo de atenção e os processos formativos com populações indígenas. Ou seja, nos aprofundamos nos fatores contextuais e condições facilitadoras para o fortalecimento da atuação dos AIS, discutindo tanto sua atuação nas comunidades indígenas quanto sua inserção nas equipes multidisciplinares de saúde indígena.

Apesar da especificidade do local de desenvolvimento de nossa experiência e do projeto educativo, pretendemos que as discussões tragam contribuições e sugestões que possam ser adaptadas e implementadas em outros contextos indígenas e na rede de Atenção Primária à Saúde (APS) do SUS.

A organização do livro toma como eixos centrais a dinâmica da implementação curricular e as reflexões sobre a construção de um perfil profissional para os Técnicos em Agente Comunitário Indígena de Saúde. No capítulo 1, “O trabalho e a formação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes indígenas de saúde”, apresentamos o contexto mundial e nacional da emergência desses trabalhadores comunitários de saúde e os panoramas e diretrizes nacionais para o trabalho e a formação de agentes comunitários de saúde e agentes indígenas de saúde.

No capítulo 2, “Concepções político-pedagógicas, interculturalidade e organização curricular do Curso Técnico de Agentes Comunitários Indígenas de Saúde”, apresentamos os debates teóricos que subsidiaram a construção da proposta de curso, com ênfase nas reflexões do campo da educação escolar indígena, interculturalidade e intermedicalidade. Também fazemos a descrição da estrutura curricular do curso e discutimos aspectos gerais da implementação da proposta na perspectiva intercultural.

Na construção curricular, enfatizam-se algumas dimensões teórico-metodológicas que perpassam o processo formativo. Tal concepção é exemplificada no capítulo 3, intitulado “Temas transversais: território, cultura e política”.

No capítulo 4, referente ao “Cuidado e vigilância alimentar e nutricional em terra indígena” destacamos as estratégias pedagógicas utilizadas para propor atribuições do AIS em ações de vigilância alimentar e nutricional, problematizando as especificidades socioculturais do contexto indígena.

Encontramos no capítulo 5, intitulado “Cuidado à saúde da criança indígena”, o relato sobre a abordagem curricular das dimensões socioculturais da infância e do cuidado à criança nas comunidades indígenas e a construção de novas atribuições para os AIS no cuidado à saúde das crianças indígenas.

O capítulo 6, “Dimensões da saúde do adulto: o cuidado à saúde da mulher indígena”, aprofunda as reflexões e desafios na abordagem da saúde reprodutiva da mulher indígena. O capítulo 7, “Aprendizados gerados pela experiência e potencialidades de sua adaptação para outros contextos”, reflete sobre lições aprendidas e potencialidades para realização do curso em outros contextos indígenas e com populações rurais de municípios de pequeno porte. Nesse último capítulo apresentamos o conjunto das atribuições profissionais sugeridas para o Técnico Agente Comunitário Indígena de Saúde.